



Informações por segmento: aspectos informativos e gerenciais nas entidades do setor de construção civil listadas na BM&FBovespa.

Sabrina Ribeiro de Almeida
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
sabrininha_almeida@hotmail.com

Roseane Patrícia de Araújo Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
rosepat5@hotmail.com

Kallyse Priscila Soares de Oliveira
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
kallysepriscila@hotmail.com

Karla Roberta Castro Pinheiro Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)
karlarobertap@hotmail.com

Resumo

O objetivo geral desta pesquisa foi identificar o nível de divulgação da informação por segmento das empresas do setor de construção civil averiguando a relação que se estabelece entre o nível de divulgação e o tamanho destas empresas e os aspectos gerenciais destas informações. Quanto aos aspectos metodológicos caracteriza-se como um trabalho descritivo, quali-quantitativo, utilizando as pesquisas bibliográfica e documental como procedimentos técnicos. A amostra da pesquisa é constituída pelas empresas enquadradas no setor de construção civil listadas no BM&FBovespa. Os principais resultados mostraram que o nível de adequação das empresas é influenciado pelo tamanho do ativo da companhia, ou seja, quanto maior o ativo maior o nível de adequação das entidades ao CPC 22. Entretanto, observou-se o baixo nível de adequação de todas as empresas às exigências do normativo. De acordo com os dados da pesquisa as informações divulgadas possuem poder informativo para os *stakeholders*, pois permitem uma melhor visão sobre a diversificação dos negócios adotada pela empresa, sobre o desempenho de cada segmento nos resultados totais e as estratégias adotadas pelos gestores.

Palavras-chave: Informação por segmento; *Disclosure*; empresas de construção civil;

1 INTRODUÇÃO

O mercado de capitais brasileiro vem se expandindo nos últimos anos, devido à internacionalização das empresas. A inserção das empresas nesse novo mercado exige adaptações em suas demonstrações contábeis, tornando-as mais transparentes, aspectos este que associa-se as



concepções de Cruz e Lima (2010), as quais consideram que o maior nível de *disclosure* influencia os investidores afetando a sua percepção quanto aos riscos da companhia.

Embora seja possível avaliar uma empresa pelas suas demonstrações contábeis consolidadas, o grande número de conglomerados econômicos e a diversificação dos negócios em vários produtos, serviços e regiões geográficas têm dificultado a compreensão dos *stakeholders* sobre o desempenho das corporações (FIECAFI ;ERNST& YOUNG, 2012).

A norma internacional de contabilidade *International Financial Reporting Standard IFRS 8*, consolidada no Brasil através do CPC 22, vem suprir a necessidade por uma informação mais detalhada estabelecendo a divulgação de informações por segmentos. As prerrogativas do CPC 22 estabelecem que as entidades devem divulgar informações que permitam que os usuários das demonstrações contábeis avaliem os efeitos financeiros das atividades e os ambientes econômicos nos quais a entidade opera.

A diversidade de investigações que abordam a temática em questão é voltada principalmente para evidências empíricas relativas à utilização da IFRS 8 pelas corporações, associando as informações divulgadas pela norma com variáveis como tamanho da empresa, rentabilidade, grau de divulgação, níveis de governança corporativa, entre outras variáveis (PARDAL, 2007; BOSCOV, 2009; MORALES; VENDRUSCOLO, 2013; SCHVIRCK, LUNKE; GASPARETTO, 2013). Adicionando-se a estes aspectos, observam-se no contexto internacional, pesquisas desenvolvidas sobre realidades do *disclosure* das empresas que cotizam nas bolsas de valores de países específicos (MARDINI et. al, 2012; NICHOLS et. al. 2012;KANG; GRAY, 2013).

O CPC 22 busca oferecer informações financeiras e gerenciais para que o investidor consiga visualizar e entender como o principal gestor toma as decisões estratégicas da empresa, atenuando a assimetria informacional decorrente da Teoria da Agência, a qual destaca diferenças entre grau de informações disponibilizadas entre o agente e o principal, levando a um melhor desempenho dos mercados financeiros (LOPES; MARTINS, 2005).

O setor de construção civil foi escolhido por contribuir de forma significativa para a economia brasileira. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, em 2012 empregou 2,5 milhões de pessoas, obtendo investimentos da iniciativa privada em torno de 7,4 bilhões e da esfera governamental 107 bilhões através do programa “minha casa minha vida” do governo federal que tem contribuído no desenvolvimento do setor.

Diante das evidências expostas observa-se a relevância de estudos que estabeleçam a relação entre o nível de divulgação de informações propostas pelo CPC 22 (IFRS 8) e variáveis como as anteriormente descritas. Assim, tomando como base estes aspectos, optou-se, neste trabalho, explorar as seguintes vertentes no segmento das empresas de construção civil listadas no BM&F Bovespa: (i) o nível de divulgação do CPC 22, (ii) a relação que se estabelece entre o nível de divulgação desta norma e o tamanho das organizações foco do estudo e (iii) o poder gerencial das informações geradas.



Neste contexto, levanta-se a seguinte problemática relativa ao desenvolvimento da investigação: Qual o nível de divulgação das empresas listadas no setor de construção civil no que se refere aos aspectos informativos e gerenciais do normativo CPC 22?

Apresenta como objetivo geral, identificar o nível de divulgação da informação por segmento das empresas do setor de construção civil averiguando a relação que se estabelece entre o nível de divulgação e o tamanho destas empresas e os aspectos gerenciais destas informações.

Além desta introdução, este trabalho está estruturado na seguinte sequência: referencial teórico que abordará as principais características do CPC 22 e destacará os estudos correlatos; características referentes à metodologia; análise dos resultados e por fim as considerações finais e as referências bibliográficas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CPC 22- Informação por segmento: principais características

O CPC 22- Informação por segmento, baseado na IFRS 8, foi aprovado em 2009 no Brasil e tornou-se obrigatório em 2010, para todas as empresas que comercializam ou que venham a comercializar seus instrumentos de dívidas ou patrimoniais no mercado de capitais ou qualquer outro mercado organizado.

O objetivo dessa norma é possibilitar ao investidor avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio realizadas pelas empresas. Além disso, segundo Iudícibus et al. (2011), a ideia principal é fornecer informações de caráter gerencial aos diversos *stakeholders*.

De acordo com o CPC 22, item 5, um segmento operacional se caracteriza como sendo um componente da entidade que desenvolve atividades de negócio das quais obtém receitas, incorre despesas e que cujos resultados sejam utilizados pelo principal gestor de operações para tomada de decisões gerenciais. Entretanto não são todos os segmentos operacionais que devem ser divulgados. O CPC 22 enfatiza que os segmentos operacionais divulgáveis são aqueles que excedem os parâmetros mínimos quantitativos (MARCKENZIE et al., 2013).

Desta forma, um segmento operacional ou a agregação se tornam divulgáveis se atenderem aos seguintes parâmetros mínimos quantitativos: a receita do segmento for superior ou igual a 10% de todos os segmentos, o lucro ou prejuízo for superior a 10% de todos os segmentos ou se seus ativos forem superiores a 10% dos ativos totais de todos os segmentos operacionais. O total de receitas divulgadas devem representar pelo menos 75% das receitas da entidade.

A entidade pode agregar segmentos que atendam aos parâmetros mínimos quantitativos ou agregar segmentos que não atingem esses percentuais para torná-los divulgáveis. Basta que esses segmentos possuam as seguintes características semelhantes: natureza de produtos ou serviços, natureza do processo de produção, tipo ou categorias de clientes, métodos usados para distribuir os seus produtos ou serviços e se aplicável, a natureza do ambiente regulatório. Com relação à



quantidade de segmentos, a norma estabelece um “limite prático” de 10 segmentos a serem divulgados, para evitar uma informação excessivamente detalhada.

2.1.1 Informações que devem ser divulgadas

O normativo CPC 22 faz uma série de exigências quanto às informações que devem ser divulgadas pelas entidades para que alcance seus objetivos. Dessa forma, deve ser divulgado: 1 Fatores que a empresa utilizou para determinar os segmentos, base de organização (por produto, serviço, área geográfica ou uma combinação desses fatores), como foi realizada a agregação dos segmentos; 2 Lucro ou prejuízo de cada segmento, itens de receitas e despesas de cada segmento além de seus ativos e passivos; 3 Conciliação.

Para Iudícibus et al. (2011) os elementos relevantes dos segmentos devem ser conciliados com os valores apresentados pela empresa, ou seja, o total de receitas, valores dos lucros ou prejuízos, dos ativos, passivos e quaisquer outros itens relevantes devem ser evidenciados com os correspondentes montantes da entidade (PEPPE; LISBOA, 2009). A mensuração que deve ser divulgada é aquela utilizada pelo principal gestor das operações, mesmo que não esteja em adequação com outras normas ou leis definidas. (MACKENZIE et. al., 2013).

O normativo ainda faz exigência para divulgação de informações específicas que são aquelas relativas a produtos, serviços, áreas geográficas e principais clientes, exigidas para as empresas que possuem apenas um único segmento operacional (FIECAFI, 2012). A entidade deve divulgar todas as receitas provenientes dos clientes externos em relação a cada produto ou serviço. Com relação à informação das áreas geográficas devem ser divulgadas as receitas provenientes dos clientes externos, do país-sede e de todos os países estrangeiros, além do ativo não circulante.

Deve ser divulgado também o grau de dependência de seus principais clientes, ou seja, as receitas provenientes de um único cliente externo, se ultrapassarem 10% da receita total. Iudícibus et al. (2011) lembram que entidades sob controle comum devem ser consideradas como único cliente, como por exemplo, entidades do governo.

Entretanto, o normativo salienta que deve ser levado em consideração o custo x benefício da informação, pois não é interessante para a entidade que os custos para levantamento dessas informações sejam maiores do que seus benefícios. Por isso, Aguayo Moral (1999) menciona que os principais inconvenientes da norma se referem a: definir o que deve ser publicado e as dificuldades na sua preparação.

2.2 Disclosure das informações contábeis

É papel fundamental da contabilidade fornecer informações aos seus usuários que sirvam para tomada de decisão. Essas informações devem estar estritamente ligadas à realidade econômica da companhia para que sejam relevantes. Buscando essa proximidade com a realidade a teoria da agência reconhece que no mundo globalizado existem diferenças de interesses e diferenças informacionais entre os agentes (LOPES; MARTINS, 2005).



O acesso à informação é diferente entre administradores e investidores e demais usuários. Em alguns casos até mesmo entre investidores existe assimetria informacional. A própria contabilidade tem seu alicerce na busca de resolver essas diferenças informacionais por meio de diversas técnicas e métodos.

Dentro desse contexto o CPC 22, com a exigência da divulgação de informações utilizadas pelos principais gestores para tomada de decisão de cada segmento busca contribuir com a diminuição da assimetria informacional. Ao utilizar essas informações gerenciais, segundo Iudicibus et. al. (2010) permite que o usuário tenha acesso as mesmas circunstâncias vividas pelo tomador da decisão no momento da avaliação.

Dessa forma, se faz necessário um alto nível de *disclosure* e fidedignidade dessas informações para que seja atingido o principal objetivo da norma, que é levar as mesmas informações gerenciais para os diversos *stakeholders*, possibilitando uma análise mais estratégica da realidade econômica da companhia. Dentro desse contexto, a instituição do IFRS 8 (CPC 22) despertou interesse por parte de investigadores nos mais diversificados contextos. Apresenta-se a seguir algumas pesquisas desenvolvidas sobre o tema.

2.3 Estudos correlatos

Vários estudos já foram desenvolvidos no âmbito nacional e internacional sobre informação por segmento. Em sua maioria buscam identificar os efeitos que a norma traz para a divulgação das empresas e os impactos na melhoria da informação, outros ainda buscam saber qual o nível de adequação das empresas ao normativo.

O estudo de Pardal (2007) avaliou a estrutura predominante, as características e os números de segmentos divulgados pelas empresas, assim como verificou se as empresas divulgavam os itens exigidos e se as práticas de divulgação tinham relação com: a dimensão da entidade, resultados ou com seu nível de internacionalização. As empresas selecionadas para esse estudo foram as não-financeiras. Os resultados encontrados mostraram um razoável cumprimento das regras e que a variável dimensão está positivamente ligada ao número de segmentos divulgados.

Boskov (2009) utilizou discussões teóricas para averiguar a vinculação da contabilidade gerencial e financeira e o aumento no nível de *disclosure*, trazida pelo normativo CPC 22, baseado na opinião de analistas, auditores, acadêmicos e preparadores das demonstrações. A autora chegou à conclusão que essas informações promovem uma maior credibilidade das demonstrações financeiras e que proporcionam um aumento de valor para o processo de *disclosure*.

O estudo de Morales e Vendruscolo (2013) testou os aspectos gerenciais derivados da evidenciação de informações por segmento de empresas de capital majoritariamente brasileiro, listadas na 6ª edição do ranking das transnacionais brasileiras. Os resultados mostraram que os relatórios por segmentos das companhias analisadas fornecem informações estratégicas do negócio pela visão do principal gestor das operações. Foi observado também a falta de comparabilidade entre os segmentos até mesmo entre empresas do mesmo setor.



Schvirck, Lunkes e Gasparetto (2013) buscaram traçar um panorama da divulgação da informação por segmento no Brasil, para isso identificaram os segmentos e as seguintes características das empresas: tamanho, setor de atuação e nível de governança. Foram selecionadas as maiores empresas listadas na edição de 2010 da revista Maiores e Melhores, listadas no BM&FBovespa. Os resultados mostraram que as empresas utilizaram predominantemente o critério linha de negócio para definir seus segmentos e que a variável tamanho do ativo apresentou relação significativa e positiva com as características definição e quantidade de segmentos.

No estudo de Nicholset al. (2012) é feita uma análise de como a convergência com a norma IFRS 8 mudou a divulgação da informação por segmento na Europa. Foram examinados os relatórios das empresas enquadradas no índice *blue chip* (empresas de melhor desempenho) da Europa. Os principais resultados encontrados mostraram que não houve grandes mudanças na consistência da informação com a adoção da IFRS 8. Entretanto, as informações por segmentos de áreas geográficas aumentaram consideravelmente. Como pontos negativos os autores identificaram uma redução de itens por segmentos divulgados, falta de comparabilidade em medidas de lucratividade e extensos relatórios de medidas não-IFRS.

Mardini, Crawford e Power (2012), tomando como base as empresas jordanianas, realizaram uma comparação entre as informações por segmento divulgadas por essas empresas com base na IAS 14R (norma norte-americana de informação por segmento, substituída pela IFRS 8) e a IFRS 8. Foram pesquisadas 109 empresas da Jordânia. Os principais resultados mostraram que o número de segmentos divulgados aumentou, assim como o número de empresas que passaram a divulgar informações por segmento.

O estudo de Kang e Gray (2013) analisaram as mudanças que ocorreram após a adoção da IFRS 8 nas empresas australianas. Foram analisadas as demonstrações das 200 maiores empresas listadas na bolsa de valores australianas. Os resultados mostraram que o número de segmentos divulgados e a quantidade de informações divulgadas aumentou após a adoção da IFRS 8. Entretanto, as empresas mantiveram os mesmos critérios na determinação de seus segmentos.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa possui abordagem descritiva. Para Gil (2002, p. 81) “a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno [...]”. Quanto aos procedimentos, esta pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois, utilizou como recursos livros, sites, artigos científicos, buscando obter conclusões e conhecimentos sobre o tema. Quanto aos procedimentos técnicos possui aspectos de pesquisa documental, pois utilizou as notas explicativas das empresas objeto de estudo para coleta das informações. (GIL 2008).

Quanto à abordagem do problema este estudo se caracteriza como quali- quantitativo, pois, procura analisar e compreender os vários aspectos acerca do tema, assim como utiliza a quantificação na coleta das informações e no tratamento destas por meio da estatística (GIL, 2008; RICHARDSON, 2008).

Os dados foram coletados no site da Bovespa, onde identificou-se 19 empresas enquadradas no setor de construção civil. A escolha do setor de construção civil se justifica pela relevância na economia brasileira. As companhias utilizadas neste estudo estão listadas no quadro 1.

Quadro 1 Empresas listadas no BM&F Bovespa no setor de construção civil.

Razão Social	Nome de Pregão
BROOKFIELD INCORPORAÇÕES S.A.	BROOKFIELD
CONSTRUTORA ADOLPHO LINDENBERG S.A.	CONST A LIND
CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.	CR2
CYRELA BRAZIL REALTY S.A.EMPREEN E PART	CYRELA REALT
DIRECIONAL ENGENHARIA S.A.	DIRECIONAL
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	EVEN
EZ TEC EMPREEN. E PARTICIPACOES S.A.	EZTEC
GAFISA S.A.	GAFISA
HELBOR EMPREENDIMENTOS S.A.	HELBOR
JHSF PARTICIPACOES S.A.	JHSF PART
JOAO FORTES ENGENHARIA S.A.	JOAO FORTES
MRV ENGENHARIA E PARTICIPACOES S.A.	MRV
PDG REALTY S.A. EMPREEN E PARTICIPACOES	PDG REALT
RODOBENS NEGOCIOS IMOBILIARIOS S.A.	RODOBENSIMOB
ROSSI RESIDENCIAL S.A.	ROSSI RESID
TECNISA S.A.	TECNISA
TGLT S.A	TGLT
TRISUL S.A.	TRISUL
VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A.	VIVER

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da Bovespa (2013)

Após o *download* de todas as notas explicativas das empresas buscou-se saber primeiro quais dessas empresas divulgavam as informações por segmento. Diante disso, das 19 empresas listadas apenas 8 divulgaram informação por segmento, sendo então a amostra desta pesquisa. Posteriormente foi realizada nas demonstrações dessas 8 companhias uma averiguação sobre as exigências feitas pelo CPC 22 e as informações divulgadas. As categorias averiguadas estão demonstradas no quadro 2. Para as empresas que divulgaram a informação foi atribuído nota 1 e para as empresas que não relataram essas informações foi atribuído nota 0.

Quanto à análise gerencial realizada buscou-se saber se as informações apresentadas pelas entidades alcançam os objetivos especificados na norma. Dessa forma, essas demonstrações foram analisadas pela ótica estratégica e gerencial proposta pelo CPC 22 buscando saber quais informações eram fornecidas para os usuários. Para essa análise foi utilizado apenas as 8 empresas que divulgaram, efetivamente, a informação por segmento.



Quadro 2 Categorias analisadas sob a luz do normativo CPC 22.

Categorias para análise dos dados		SIM	NÃO
1.	Apresenta os critérios para identificação dos segmentos?		
2.	Apresenta os tipos de produtos ou serviços de onde obtém suas receitas?		
3.	Apresenta informação sobre o lucro ou prejuízo de cada segmento?		
4.	Apresenta informação sobre os ativos dos segmentos?		
5.	Divulga as depreciações e amortizações por segmento?		
6.	Apresenta a informação dos passivos de cada segmento?		
7.	Apresenta informações sobre sua geração de caixa?		
8.	Apresenta a mensuração dos segmentos?		
9.	Divulga se existe diferenças entre mensurações?		
10.	Divulga a conciliação das receitas dos segmentos com os da entidade?		
11.	Reapresenta informações previamente divulgadas?		
12.	Divulga informação específica sobre área geográfica, produto ou serviço, com suas respectivas receitas vinda de clientes externos?		
13.	Divulga a informação sobre o grau de dependência dos principais clientes?		
14.	Divulga quem é o principal gestor dos segmentos?		

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Divulgação das informações por segmento

Serão analisados os dados coletados a partir das notas explicativas das empresas listadas na BM&FBovespa do setor de construção civil, com relação à divulgação de informações por segmento. Todas as empresas pesquisadas se auto declaram estar de acordo com as normas internacionais vigentes (IFRS) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para elaboração de suas demonstrações.

Quadro 3 Divulgação de informações por segmento.

Apresentaram informação por segmento	Não apresentaram a informação, mas explicaram os motivos	Não fez qualquer menção a informação por segmento
BROOKFIELD CYRELA REALT EVEN EZ TEC GAFISA JHSF PART MRV TGLT	CR2 DIRECIONAL HELBOR JOÃO FORTES PDG REALT RODOBENSIMOB ROSSI RESID TECNISA TRISUL VIVER	CONST A LIND

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa.

4.2 Análise das premissas utilizadas

Analisar as premissas e os critérios que as entidades usam para definir seus segmentos é fundamental para que o investidor compreenda quem é o responsável pela gerência dos segmentos e como está definido o segmento, se é em relação à região geográfica, produtos, serviços ou linhas de negócio. A tabela 1 apresenta a realidade das empresas investigadas.

Tabela 1 Premissas e critérios utilizados

Empresas	Premissa	Critério utilizado
BROOKFIELD	Não apresenta informação	Região geográfica
CYRELA REALT	Forma como a administração gerencia o negócio.	Gerenciamento do negócio
EVEN	Administração, como base nos relatórios utilizados para tomada de decisão.	Região geográfica
EZTEC	Diretoria executiva, como base nos relatórios gerenciais internos para alocação de recursos e tomada de decisão.	Produto
GAFISA	Presidente da companhia, responsável pela alocação dos recursos e monitoramento dos negócios.	Produto
JHSF PART	Não apresenta informação	Gerenciamento do negócio
MRV	Conselho de administração, com base nos relatórios utilizados para tomada de decisão estratégica.	Produto
TGLT	Conselho de administração, com base nos relatórios internos utilizados para alocar recursos e avaliar o seu desempenho.	Região geográfica

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

A partir da análise da tabela 1, percebe-se que a maioria das entidades elegem um conselho de administração ou uma diretoria executiva como principal gestor dos segmentos operacionais. Apenas a Brookfield e a JSHF PART não divulgaram essa informação. Com relação aos critérios para definição dos segmentos não existe padronização. Entretanto, o critério predominante foi produto ou Linha de negócio, esse resultado coincide com os resultados do estudo de Schvirck et. al (2013), pois o critério predominante utilizado pelas empresas investigadas também era produto ou linha de negócio.

4.3 Segmentos operacionais divulgados

O quadro 4 demonstra os segmentos divulgados pelas companhias além das informações relativas aos seus ativos e a sua geração de caixa. Algumas companhias possuem relatórios com informação mais rica e detalhada como é o caso da BROOKFIELD e da JHSF que possuem 5



segmentos divulgados, além de divulgar informações sobre seus ativos e um alto detalhamento das suas contas de geração de caixa.

Outras empresas, entretanto, possuem um grau de divulgação menor, não apresentando informações importantes exigidas pelo CPC 22, como é o caso da TGLT que apesar de possuir 8 segmentos divulgados não apresenta informações sobre sua geração de caixa, não atendendo as exigências do normativo CCP 22.

Nota-se também a falta de padronização entre os segmentos divulgados, apesar de se tratar de empresas do mesmo setor, cada uma divulgou seus segmentos baseados nos relatórios utilizados pelo principal gestor das operações, atendendo as exigências do CPC 22, porém dificultado a comparabilidade da informação entre os demonstrativos. As informações relativas aos ativos e a geração de caixa foram mais padronizadas entre as empresas, porém com níveis de detalhamentos de receitas e resultados diferentes. Com relação aos ativos, grande parte das companhias disponibilizaram os valores totais dos ativos por segmento.

Quadro 4 Segmentos divulgados e informações sobre ativos e geração de caixa

Empresas	Segmentos	Informação dos ativos	Geração de caixa
BROOKFIELD	<i>Seg1:</i> Unidade de negócio São Paulo; <i>Seg 2:</i> Unidade de negócio Rio de Janeiro; <i>seg 3:</i> Unidade de negócio São Paulo (interior); <i>seg 4:</i> Unidade de negócio centro-oeste; <i>Seg 5:</i> Unidade de negócio corporativa.	Estoques; contas a receber; outros.	Receita operacional líquida; Lucro bruto ; lucro antes dos impostos.
CYRELA REALT	<i>Seg1:</i> Atividade de incorporação e revenda de imóveis; <i>Seg2:</i> Atividade de loteamento; <i>Seg 3:</i> Atividade de prestação de serviços.	Ativo Total	Receita líquida operacional, lucro bruto e resultado antes do resultado financeiro.
EVEN	<i>Seg1:</i> SP; <i>Seg2:</i> Demais praças.	Ativo Total	Receita bruta e líquida; lucro bruto do período.
EZTEC	<i>Seg1:</i> Comercial; <i>Seg2:</i> Residencial.	Contas a receber; imóveis a comercializar.	Receita bruta e líquida; lucro bruto.
GAFISA	<i>Seg1:</i> Gafisa S.A; <i>Seg2:</i> Tenda.	Ativo Total	Recita líquida; lucro bruto; lucro líquido do período.
JHSF PART	<i>Seg1:</i> Incorporações; <i>Seg2:</i> Renda recorrente; <i>Seg 3:</i> Hoteis; <i>Seg 4:</i> Varejo; <i>Seg 5:</i> Holding.	Ativo Total	Receita operacional bruta e líquida; lucro bruto; receitas e despesas operacionais elucro líquido.
MRV	<i>Seg1:</i> LOG Propriedades para investimentos.	Ativo Total	Receita operacional; lucro bruto e operacional; lucro líquido do período.
TGLT	<i>Seg1:</i> Puerto Norte; <i>Seg2:</i> ForumAlcorta; <i>Seg 3:</i> Forum Puerto delBuceo; <i>Seg 4:</i> Astor Palermo; <i>Seg 5:</i> AstorCaballito; <i>Seg 6:</i> AstorNúñez; <i>Seg 7:</i> Venice; <i>Seg 8:</i> Proyectoex FACA.	Estoques.	Não apresenta informação.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados da pesquisa.

4.4 Aspectos gerenciais decorrentes da utilização do CPC 22

A partir deste ponto do trabalho enfatizam-se os aspectos gerenciais decorrentes da divulgação de informação decorrente do CPC 22. Dentro do contexto de um mercado com grande número de negócios combinados a segregação da informação e o seu caráter gerencial torna, segundo Iudícibus et al. (2011) possível à avaliação de diversos fatores como: políticas econômicas, planejamento de importações e exportações, projeções de crescimento de receita, entendimento do contexto regional de um produto ou serviço etc.

4.4.1 Participação dos segmentos no resultado total

As companhias EZTEC e JHSF foram selecionadas para este tópico por utilizarem critérios semelhantes para definir seus segmentos, permitindo assim uma melhor comparação. No quadro 5 está demonstrado as variações dos resultados operacionais de 2013 da companhia EZTEC. O segmento Comercial da companhia obteve um grande crescimento (136%) no ano de 2013, sendo o segmento que mais contribuiu para o resultado positivo e crescimento de 77% do total da companhia. Todavia, o segmento Residencial, apesar de contribuir menos para o resultado total da empresa, também apresentou um bom crescimento.

A companhia JHSF (Quadro 6), apesar de possuir mais segmentos, concentrou seu crescimento no segmento de Renda Corrente, 191% contribuindo quase que sozinho para o resultado operacional total de 35% da companhia. Os outros segmentos como o de Incorporações e de Varejo apresentaram quedas significativas

Quadro 5 Companhia EZTEC

EZTEC	Comercial		Residencial		Total	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Resultado Operacional	252.129	106.731	295.092	201.899	547.221	308.630
Variação em 2013	136%		46%		77%	

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa.

Quadro 6 Companhia JHSF.

JHSF	Incorporações		Renda recorrente		Hotéis		Varejo		Totais	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Resultado Operacional	104.024	260.190	492.775	169.298	4.152	5.142	915	5.069	544.316	403.130
Variação 2013	-60%		191%		19%		-82%		35%	

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados da pesquisa.

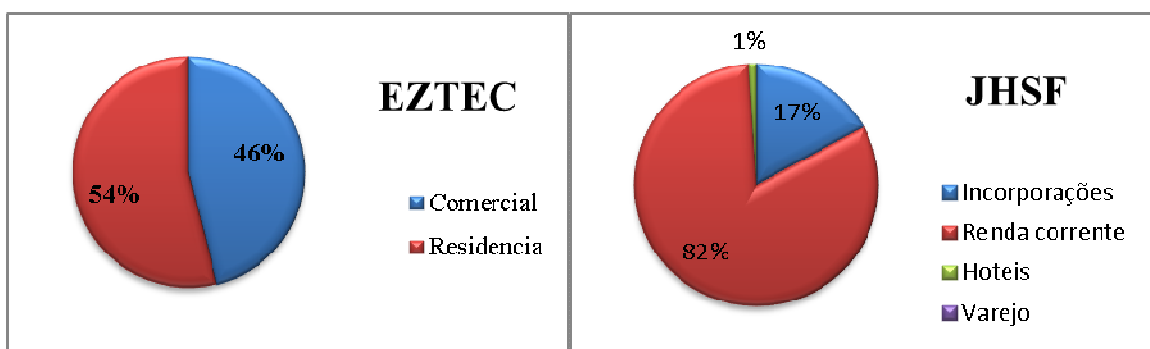


Figura 1: Contribuição dos segmentos nos resultados total das companhias EZTEC e JHSF.

Analisando os quadros 5 e 6 juntamente com os gráficos (figura 1) o investidor pode perceber que a companhia EZTEC possui uma melhor diversificação de seus negócios, enquanto que a companhia JHSF concentra os seus resultados no segmento de renda corrente. Portanto, a companhia EZTEC, pode ser vista, no contexto de diversificação de seus negócios, como uma empresa mais segura para se investir, pois uma crise no segmento Residencial apresentaria menos impacto no resultado total da empresa, do que uma crise no segmento Renda corrente da JHSF, pois apenas este segmento contribui com mais de 80% no resultado total da companhia.

4.4.2 Análise do crescimento dos segmentos.

A variação nos resultados das companhias está relacionada à diversos fatores como: mercado interno e externo, ações governamentais, economia local e mundial, etc. Entretanto, pode-se avaliar a partir dos segmentos da empresa como os gestores estão lidando com essas variáveis e como os resultados da empresa estão respondendo as estratégias estabelecidas. No quadro 7, pode-se observar essa variação entre os segmentos da companhia GAFISA. A GAFISA foi estudada nesse tópico por apresentar em sua demonstração de resultado o lucro (prejuízo) do período.

Quadro 7 Análise vertical e horizontal da GAFISA S.A.

GAFISA	Lucro (prejuízo) do período										
	2010			2011			2012			2013	
	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%	AH%	R\$	AV%
Gafisa S.A	116.824	59%	-454%	-413.727	39%	62%	-158.205	56%	230%	363.725	154%
Tenda	82.495	41%	-900%	-660.058	61%	81%	-123.602	44%	-103%	-127.169	-54%
Total	199.319	100%	-639%	-1.073.785	100%	74%	-281.807	100%	84%	236.556	100%

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa.

A figura 2 auxilia na análise da variação dos segmentos da GAFISA S.A. O ano de 2011 observa-se acentuada queda, porém no ano de 2012 vê-se uma recuperação do segmento e no ano de 2013 observa-se um significativo crescimento. O segmento Tenda, apesar não ter apresentado resultados tão satisfatórios, conseguiu uma pequena recuperação em 2012, continuando estável no ano de 2013. Essa avaliação demonstra as mudanças que ocorrem nos segmentos das empresas, que apesar de ser influenciado por outras variáveis, mostra a eficiência das estratégias estabelecidas pelos gestores. Dessa forma, pode-se concluir que o melhor resultado do segmento Gafisa S.A, é reflexo de boas estratégias de gestão.

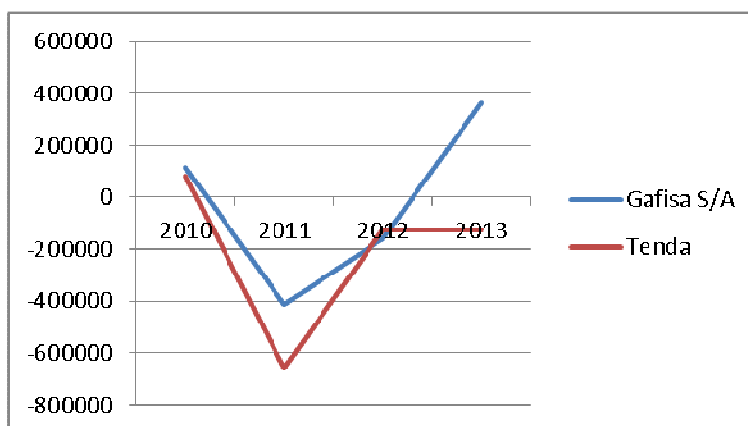


Figura 2: Lucro (prejuízo) dos segmentos da GAFISA.

4.5 Níveis de adequação com o normativo em relação ao tamanho da entidade.

Este tópico foi desenvolvido com o intuito de avaliar o tamanho das companhias em relação ao seu grau de adequação com o normativo, quantidade de segmentos divulgados e definição dos segmentos.



Quadro 8 Tamanho das companhias e nível de adequação com o normativo

Tamanho	Definição do segmento		Nível de adequação com o CPC 22	Quant. de segmentos
	Geográfico	Linha de negócio ou produto		
Até 3.338.223	100%		18%	1 a 8
Entre 3.338.223 até 6.742.248		100%	54%	1 a 5
Entre 6.742.248 até 9.908.490	50%	50%	57%	1 a 5
Acima de 9.908.490		100%	58%	1 a 3

Fonte: Elaborado a partir dos dados da pesquisa.

Para segregar as empresas por tamanho foi utilizado o método estatístico quartil. Na primeira faixa de tamanho de ativo pode-se observar que 100% delas apresentam definição de segmento em área geográfica. Os demais níveis concentram sua definição de segmento em linha de negócio ou produto. Segundo, Boscov (2009) apud Ortman (2001) as empresas evitam divulgar informação por área geográfica para evitar práticas de *dumping*, por exemplo, e por entenderem que suas estratégias ficam mais vulneráveis. Nesse contexto, a baixa evidenciação de segmentos por área geográfica das empresas de maior ativo pode ser explicado como uma medida de proteger as estratégias da empresa.

No que se refere ao nível de adequação ao normativo as empresas de tamanho de ativo menor apresentaram 18% de nível de adequação. Enquanto as empresas da segunda, terceira e quarta faixa de tamanho de ativo apresentam melhores níveis de adequação, sendo 54%, 57% e 58%, respectivamente os percentuais de adequação. Todavia, a adequação das empresas ao CPC 22 ainda é baixo.

A quantidade de segmentos divulgados mantém-se constante entre as faixas de tamanho de ativo. A maioria das entidades divulgam entre 1 e 5 segmentos. Entretanto, observa-se que na primeira faixa de tamanho de ativo existem empresas com até 8 segmentos, enquanto que as empresas que estão na última faixa de ativo, ou seja, aquelas de maior tamanho apresentam apenas até 3 segmentos divulgados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo dessa pesquisa foi identificar o nível de divulgação acerca das informações por segmento do normativo CPC 22 das empresas de construção civil identificando a relação que se estabelece entre o nível de divulgação e o tamanho das entidades, bem como promover a descrição dos aspectos gerenciais decorrente destas informações.

Os resultados encontrados mostraram que apenas 42% das empresas do setor de construção civil divulgaram informação por segmento, as demais alegaram que possuem apenas um segmento e que essas informações não são utilizadas para tomada de decisão. Entretanto, é importante ressaltar que essas empresas não divulgaram as informações específicas exigidas pelo CPC 22 para empresas que possuem apenas um segmento.



No que se refere aos critérios utilizados para definição de segmentos a maioria das empresas utilizou Linha de negócio ou produto, sendo o critério área geográfica o menos utilizado. A preferência por linha de negócio ou produto pode ser explicada pelo receio que algumas empresas têm em divulgar informações por área geográfica, pois sentem que suas estratégias ficam mais expostas aos concorrentes. Entretanto, Martins et. al. (2005) ressalta que esse receio das empresas mudará na medida em que o mercado brasileiro penalize as empresas que ocultarem informações importantes.

A análise sobre os aspectos gerenciais sob a ótica do CPC 22 mostrou que muitas informações gerenciais relevantes podem ser extraídas das demonstrações. Dentre elas, pode-se citar a comparação entre critérios de segmentos semelhantes de empresas diferentes, através desta análise os usuários podem visualizar a diversificação dos negócios e contribuição de cada segmento para o resultado total.

No que se refere à análise realizada na GAFISA S.A ao longo de 4 anos, os usuários podem obter uma melhor visão de como a companhia respondeu as estratégias de seus gestores, ou seja, se as decisões tomadas pelo principal gestor obtiveram resultados positivos ou não. Dessa forma, é possível realizar uma análise da gestão da empresa, que no caso da GAFISA S.A. foram satisfatórios.

Além destes aspectos, pode-se observar expressiva relação entre o tamanho da companhia, medido pelo valor de seus ativos totais, e o nível de adequação do CPC 22, permitindo-se, através desta evidência, considerar que as companhias que apresentam maior volume de ativos são as que mais divulgam informações segmentadas, entre as quais pode-se destacar o detalhamento da receita por segmento, valores do ativo, principais clientes, critérios para definição dos segmentos etc.

Por fim, o nível de adequação ao normativo CPC 22 ainda é baixo nas empresas de construção civil, apesar de boa parte delas, estarem inseridas em algum nível de governança corporativa no mercado.

O normativo CPC 22 auxilia na diminuição da assimetria informacional já que disponibiliza informações estratégicas, vindas da própria administração, para o principal, além de auxiliar os investidores em uma análise mais crítica dos ambientes de negócio na qual a entidade está inserida. Dessa forma, essa pesquisa teve como principal contribuição a análise gerencial realizada sob a ótica do normativo CPC 22, que auxilia o investidor e os demais usuários, a terem um entendimento mais crítico e estratégico das informações por segmento.

Os resultados desta pesquisa refletem apenas a realidade do setor de construção civil, não podendo ser generalizado para outros setores. Como proposta para futuros estudos sugere-se realizar uma avaliação de outros setores ou avaliar como se comportam as divulgações das empresas em relação ao CPC 22 ao longo dos anos.



Referências

AGUAYO MORAL, José Manuel. **Algunos rasgos em torno al información económico-financiera segmentada** (1999). Actualidad financiera, Ano nº 4, Nº 7, pág. 59-70. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/ejemplar?codigo=27581> Acesso no dia: 15 de julho de 2014.

BOSCOV, Camila Pereira, **O enfoque gerencial na divulgação de informações por segmento** (2009). Dissertação (Mestrado em ciências contábeis)- Programa de pós- graduação em ciências contábeis, departamento de contabilidade e atuária, faculdade de economia, administração e contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde.../Camila_Boscov.pdf Acesso em 21 de julho de 2014.

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/home.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em 15 de julho de 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **Pronunciamento técnico CPC 22- Informações por segmento**. Brasília 2009. Disponível em: http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/292_CPC%2022.pdf Acesso em 25 de junho de 2014.

CRUZ, Cássia Vanessa Olak Alves, LIMA, Gerlando Augusto Sampaio Franco de. **Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil**. Revista Universo contábil, v. 6, n. 1, pág. 85- 101, jan./mar. 2010. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/838> Acesso em: 15 de julho de 2014.

ELISEU, Martins, GELBCKE, Ernesto Rubens, SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade Societária- Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. (2010) Atlas, São Paulo.

FIPECAFI E Ernst & Young. Guia: **Análise sobre o IFRS no Brasil**. Edição 2012. Disponível em: [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/An%C3%A1lises_sobre_IFRS_no_Brasil/\\$FILE/EY_Fipecafi_2013_Web.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/An%C3%A1lises_sobre_IFRS_no_Brasil/$FILE/EY_Fipecafi_2013_Web.pdf) Acesso em: 10 de julho de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4a edição. São Paulo: Atlas, 2008. INSTITUTO BRASILEIRO DE MERCADO DE CAPITAIS (IBMEC). Disponível em: <http://ibmeclabrpmcom.com.br/> Acesso em: 26 de agosto de 2014.

KANG, Helen e GRAY, Sidney J. **Segment Reporting Practices in Australia: Has IFRS Made a Difference?** Acesso em 26 de agosto de 2014.

Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1835-2561.2012.00173.x/abstract>

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. Teoria da contabilidade: uma nova abordagem. Editora Atlas, 2005.



MACKENZIE, Bruce, COETSEE, Danie, NJIKIZANA, Tapiwa, CHAMBOKO, Raymond, COLYVAS, Blaise, HANEKOM, Brandon. (2013). **IFRS 2012: Interpretação e aplicação**. Brookman, Porto Alegre.

MARDINI, GhassamH.; CRAWFORD, Louise; PPOWER, David M. **The impact of IFRS 8 on disclosure practices of Jordanian listed companies**. Acesso em: 25 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/20421161211196139>.

MURCIA, Fernando Dal-Ri, SANTOS, Ariovaldo dos. (2009). **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil**. Revista de Educação e pesquisa em contabilidade (REPeC). v. 3 n,2 pág 72-95. Disponível em: <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/68/58> Acesso em: 21 de julho de 2014.

NICHOLS, Nancy B.; STREET, Donna L.; CEREOLA, Sandra J. **An analysis of the impact of adopting IFRS 8 on the segment disclosures of European blue chip companies**. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation Acesso em: 25 de julho de 2014. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1061951812000171>.

PARDAL, Pedro Nuno Coelho Palhão Bicho. **Relato financeiro por segmentos em Portugal: análise a implementação da directriz contabilística nº 27** (2007). Dissertação (mestrado em ciências contábeis) – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Escola de Gestão ISCTE, Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/672> Acesso em 21 de julho de 2014.

PEPPE, Flávio Serpejante, LISBOA, Nahor Plácido. (2009) IFRS 8: relatório por segmento in Ernst & Young e FIECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo; Atlas.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa social: Métodos e técnicas**. 3ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.